

---

## UM OUTRO OLHAR – UMA ANÁLISE DA POLÍTICA ECONÔMICA EXTERNA DA ERA DILMA (2011-2015)

---

Lucca Fantuzzi Soares<sup>1</sup>

### Resumo

Este trabalho visa analisar a política externa de Dilma Rousseff (2011-2015) através de um olhar interméstico e focado mais na questão econômica. Muito se fala na academia sobre como o governo Rousseff teria sido uma continuação da política externa brasileira (PEB) pautada nos governos Lula, com uma postura ativa e alta. Também é argumentado que houve uma falha na gestão da petista, em termos de não conseguir manter o nível do que fora feito nos anos de seu antecessor. O objetivo deste artigo, portanto, se dá na avaliação desse governo no campo da PE, com o intuito de demonstrar que tais falhas tiveram justificativas tanto domésticas (a crise econômica e política) quanto internacionais (as consequências e os reflexos da grande crise financeira mundial de 2008), mas que, ainda assim, conseguiu se destacar e trazer ganhos específicos para o país. Com o apoio da revisão bibliográfica de Análise de Política Externa (APE) e de questões macroeconômicas (como o processo de compra de *commodities*), elementos factuais tanto domésticos quanto internacionais que impactaram o período são levadas em conta para esta análise. Como este artigo pretende ser um embrião de um futuro projeto de mestrado, muito ainda não pode se esperar em termos de resultado, mas é esperada a confirmação de que a retenção – apesar de suas razões para ocorrer – não define a totalidade da gestão de Dilma.

Palavras-chave: Dilma; PEB; APE; Economia; PT.

### 1. INTRODUÇÃO

Dilma Vana Rousseff assumiu a presidência da república no dia 01 de janeiro de 2011 pelo Partido dos Trabalhadores (PT), sucedendo o co-partidário Luís Inácio Lula da Silva. O PT – partido localizado à esquerda do eixo ideológico (embora tenha se aproximado mais do centro do espectro com o passar do anos) emplacara, portanto, sua terceira grande vitória na eleição para o cargo executivo. A expectativa, como um todo, era de que seu governo seria uma continuidade da gestão anterior, focando em crescimento econômico e na distribuição de renda; mantendo diálogos com todos os setores da sociedade civil – desde ativistas de movimentos sociais até grandes empresários e banqueiros –; e seguindo com a parceria com os vizinhos latino-americanos e com os companheiros do Sul Global, tendo sempre um foco ativo e altivo no campo da política externa. No discurso de

---

<sup>1</sup> UERJ, [lucca.fantuzzi@gmail.com](mailto:lucca.fantuzzi@gmail.com).

posse, Dilma, além de assegurar e prometer garantir esta continuidade, trouxe consigo a pauta da igualdade de gênero e a luta pela democracia – temáticas de cunho pessoal da presidenta eleita.

Hoje, tendo passado 6 anos desde sua destituição, o consenso na academia, no entanto, é outro. Embora houvesse uma continuidade, de fato, com as medidas adotadas no governo de Lula da Silva, a gestão da petista teria falhado em muitos aspectos, em especial, no que diz respeito à promessa de manter-se fiel à postura ativa e altiva da política externa que outrora teve Celso Amorim como chanceler e ministro. Cornetet (2014) fala em contenção na continuidade<sup>2</sup>, e argumenta que a presidenta teria sido incapaz de manter o nível de ação proposto pelo seu antecessor. Usando de variáveis como renda destinada ao Itamaraty, as vagas ofertadas no Concurso de Admissão à Carreira Diplomática (CACD), e as viagens internacionais em perspectiva comparada, Cornetet traz a discussão de que o governo teria falhado em sua promessa.

É justamente por discordar dessas variáveis e da narrativa que o senso comum levanta – da suposta não-aptidão de Dilma Rousseff aos assuntos de política externa – que se dá o objetivo deste artigo: apresentar as justificativas para a retenção apontada por Cornetet (2014), baseando-se na análise de dois níveis de Putnam (ver ano) – ou seja, olhando tanto o contexto doméstico de crise política, quanto a mudança conjuntural e geográfica do sistema-mundo pós crise financeira de 2008. – e demonstrar os ganhos específicos da gestão da petista, que a diferencia em determinados graus da de seu antecessor.

Este artigo surge, destarte, como embrião de um futuro projeto de dissertação que pretende aprofundar ainda mais a discussão que a revisão bibliográfica propõe – de Análise de Política Externa (APE) e de Macroeconomia, com foco na economia política internacional. A proposta aqui é iniciar esta discussão para que ela possa ser melhor desenvolvida futuramente. Ele se divide, então, em três seções: primeiro, uma revisão bibliográfica para demonstrar teoricamente o que será aplicado no artigo; em seguida, uma seção cujo foco se dá no estudo de caso do governo Dilma, trazendo tanto o cenário doméstico quanto o internacional; e, por fim, as considerações finais.

## **2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

---

<sup>2</sup> Referência ao título do artigo escrito pelo autor, que é um dos textos de mais comum e fácil acesso sobre a temática da política externa do governo de Dilma Rousseff.

Conforme apontado, esta seção focará seu olhar no arcabouço teórico e no que fora produzido anteriormente sobre os dois campos que serão fundamentais para a elaboração desta pesquisa: o campo de APE – e mais precisamente, as contribuições de Putnam (ver ano) e como elas se encaixam na discussão aqui proposta; e uma revisão acerca do campo da Macroeconomia, visando aproximar ao leitor as discussões teóricas propostas pelos principais autores.

### 2.1. O campo de análise de política externa

A partir da leitura de Figueira (2012), pode-se constatar que o campo de Análise de Política Externa (ou APE) é uma subdisciplina das Relações Internacionais que, somente em tempos recentes, veio a adquirir a devida importância nas agendas de pesquisa. Os estudos pressupõem a necessidade de se adotar uma visão de dois níveis, ou seja, focada tanto no cenário internacional quanto no doméstico. Para os estudiosos de APE, a política externa de determinado país não é determinada somente por um ou pelo outro, mas pela junção de contextos (HILL, 2003).

A autora segue pontuando que a compreensão sobre a política externa dos Estados, o comportamento e as ações no sistema internacional não são preocupações recentes entre analistas das Relações Internacionais, mas que a finalidade de entender o complexo processo que antecede a tomada de decisões sobre matérias internacionais o é, principalmente no que refere-se ao olhar mais apurado para determinar a identidade dos atores do *fazer-político*, as instituições, preferências, características das lideranças, regras decisórias, dentre outras temáticas que acabam, por fim, se relacionando.

O artigo seminal de Richard Snyder, Henry W. Bruck e Burton Sapin, *Decision-Making as an Approach to the Study of International Politics* (1954), é considerado a pedra fundamental da APE como subdisciplina ou campo de estudos com identidade própria. A proposta de análise estava fortemente inserida dentro da Ciência Política behaviorista e influenciada, em particular, pelo modelo eastoniano de sistema político, nesse momento em pleno auge (Easton 1953). O ponto de partida era a ideia de que a política externa é, antes de tudo, um produto de decisões, e que o modo pelo qual as decisões são tomadas afeta substancialmente seu conteúdo. Ou seja, a política externa deveria ser investigada a partir do suposto de que ela se constitui essencialmente de uma série de decisões tomadas por um ou mais indivíduos chamados decisores; que esses decisores agem de acordo com a definição que fazem da situação; e que essas decisões não surgem pura e simplesmente a partir dos estímulos externos, mas são sim processadas por um mecanismo dentro do Estado. Em contraponto ao que as análises sistêmicas de base realista defendiam, a partir dessa nova perspectiva o analista estaria em condições de explicar por que Estados com posições similares no sistema internacional comportavam-se de modos distintos (SALOMÓN, PINHEIRO, 2013, p.43)

Um dos objetivos da subdisciplina seria, destarte, incorporar um novo nível de análise a questões de natureza internacional, uma vez que partiria da premissa de que, antes da ocorrência, o

ato internacional passaria por um processo de decisão política, permeado por regras, instituições, indivíduos, correlação de forças que definem a trajetória do resultado. Portanto, essas novas abordagens têm como origem comum a busca pela compreensão da política com base em seu processo de constituição, considerando uma diversidade de variáveis que influenciam diretamente a formação da agenda, o processo de escolha entre as alternativas decisórias e o próprio processo de implementação da política, superando, com isso, as análises que consideram o Estado um ator monolítico, em que o interesse nacional se confunde com o próprio interesse do Estado. (FIGUEIRA, 2012, p.19)

Observa-se, portanto, uma necessidade da APE de se afastar de uma perspectiva única, ou seja, conforme apontam SALOMÓN e Pinheiro (2013), as contribuições das diferentes vertentes teóricas da disciplina-mãe (as relações internacionais) tornam-se perceptíveis e palpáveis, no sentido de que colocam a análise de todos as variáveis e elementos no cerne da questão. Em outras palavras, o olhar do analista é direcionado tanto para os interesses internacionais quanto os nacionais, estes tidos como flexíveis, mutáveis e fragmentados. É uma lógica de entender o papel de todos os decisores políticos, quem está à frente da política externa; quem são os atores; quais são os objetivos, os interesses; quem deve ser considerado na análise; qual o papel dos burocratas, do Legislativo, do Executivo nas questões de ordem internacional. Conforme apontam as autoras, significa, portanto, desvendar a “caixa-preta” do Estado e interpretar os diferentes níveis de análise acerca desse sistema “interméstico”.

E é a partir deste olhar, focando principalmente na Análise de Dois Níveis proposta por Robert Putnam em 1988, que este trabalho pretende investigar a política externa do Governo Dilma, no sentido de olhar tanto para o cenário interno quanto externo – identificando os decisores principais para as mudanças nos dois contextos e que acabaram, cada qual à sua maneira, interferindo na gestão.

No modelo de Putnam, os negociadores internacionais jogam em duas "mesas" diferentes: a primeira, a mesa internacional, ou Nível I; a segunda, as mesas domésticas de cada negociador, ou Nível II. O acordo alcançado no Nível I terá de ser ratificado, em cada Estado, em seu Nível II. Daí decorre que as mesas domésticas determinam o que cada negociador pode oferecer e até onde pode chegar - o que Putnam chama de *win-set*. Somente acordos que fiquem dentro do *win-set* de cada Estado conseguirão ser ratificados pelos seus respectivos Níveis II. Tal fato tem efeitos diretos no poder de barganha de cada negociador e, portanto, tem grande influência na dinâmica da negociação. O enfoque de Putnam ficou conhecido como modelo dos jogos de dois níveis (*two-level games*). (VILLA, CORDEIRO, 2006, p.301)

## 2.2. Economia política internacional e macroeconomia

A Economia Política Internacional (EPI) é criação da “existência paralela e a interação recíproca do Estado e do mercado” (GILPIN, 2002, p.26). O campo da EPI, conforme apontado por Cohen (2008), se institucionaliza em meado dos anos 70, a partir da ação de teóricos das Relações Internacionais dentro de Departamentos de Ciência Política e de economistas preocupados com questões da ordem econômica e das dimensões do poder e da política.

A década de 1970 é marcada por mudanças substanciais na ordem econômica internacional, trazendo questionamentos que levaram a necessidade da busca por análises relacionais entre a dimensão da economia e da política para compreensão dos fenômenos internacionais. Neste sentido, Cohen (2008), na narrativa da construção do campo da EPI, ressalta a centralidade das contingências para determinar as nuances do processo intelectual, sendo importante a compreensão do contexto social e histórico da produção acadêmica (FERREIRA, 2015, p.4)

É a partir da necessidade de se entender a relação entre Estado e Economia, principalmente com na formulação da política externa dos países que se dá a importância do campo para a academia. Especificamente neste artigo, o entendimento da EPI se dá pela necessidade de interpretar as mudanças na geografia do comércio exterior no contexto posterior à crise financeira de 2008 e como isso afetou a política externa de Dilma Rousseff.

Para tal, faz-se necessário, também, o entendimento do subcampo da Macroeconomia, que “[...] estuda a economia como um todo, analisando a determinação e o comportamento de grandes agregados, tais como: renda e produto nacionais, nível geral de preços, emprego e desemprego, estoque de moeda e taxas de juros, balança de pagamentos e taxa de câmbio”. (GARCIA E VASCONCELLOS, 2002, P. 83).

### **3. O GOVERNO DILMA**

#### *3.1. Crise doméstica e queda de aprovação*

No primeiro dia de janeiro de 2011, dificilmente passaria pela imaginação de qualquer um dos presente na posse de Dilma o que viria a ocorrer nos próximos anos. O período no qual a petista esteve à frente do cargo da presidência da república seria marcado por intensa instabilidade e ameaças graves ao Estado Democrático de Direito do país – chegando, em 2016, a um golpe parlamentar disfarçado de processo legal de impedimento.

A aprovação da presidenta no começo de seu primeiro mandato era herança dos altos índices do final do governo Lula e, até o primeiro trimestre de 2013, as taxas mantiveram-se altas. Segundo dados levantados pela pesquisa CNI/IBOPE, a aprovação de seu governo era positiva, chegando a quase 65% em março, e a aprovação pessoal da presidenta consagrava-se como uma das maiores já registradas, chegando quase a 80%. Porém, à medida que os meses foram passando, o Brasil começou a sofrer mais duramente com os reflexos da crise financeira de 2008 – que o governo Lula havia conseguido desviar -. Ao mesmo tempo, a população – a princípio, insatisfeita com as tarifas de ônibus – passou a ir às ruas em junho de 2013, em protestos duramente reprimidos pela polícia militar. Em pouco tempo, as pautas foram se modificando, e os registros das manifestações passaram a demonstrar números exorbitantes de pessoas nas ruas. A reivindicação principal era a do combate à corrupção e por investimentos na saúde e na educação. A figura do PT passou a ser demonizada e era como se somente um partido assumisse a figura maciça e representativa da bandeira da corrupção. As taxas de aprovação pessoal e do governo caíram drasticamente para 49% e 34%, respectivamente.

Em 2014, a situação do PT ficou ainda pior com a deflagração da Operação Lava-Jato que visava a investigar um esquema de corrupção, lavagem de dinheiro e propina denominado de ‘Petrolão’. A Petrobrás e as mais importantes e proeminentes empreiteiras do país foram alvos diretos destas investigações, que culminaram na prisão de nomes importantes da política brasileira e grandes empresários.

O descontentamento com os escândalos de corrupção em que o PT estava envolvido, no entanto, não foram suficientes para decretar a derrota de Dilma Rousseff no pleito eleitoral de 2014, mas serviram pra cooptar a população para protestos cada vez mais inflados que demandavam o afastamento da presidente. Na metade de seu segundo mandato, um processo de *Impeachment* foi aberto contra a presidenta, aprovado pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, após romper com o governo que fora aliado. Michel Temer, vice de Dilma, também viria a romper com o governo e assumiria a presidência interina após o decreto do afastamento da petista em maio de 2016.

Como pode ser observado após este breve resumo, o cenário doméstico foi recheado de crises institucionais, que culminaram ainda em um golpe parlamentar com o apoio da Suprema Corte, da grande mídia e do setor financeiro. Fica evidente, portanto, a necessidade que a presidente teve de direcionar a atenção e priorizar a resolução destas crises internas, em detrimento de uma postura mais ativa de diplomacia presidencial. Ainda que a análise de Cornetet (2014) tenha sido anterior ao segundo mandato de Dilma, a utilização das variáveis das viagens internacionais e da renda

direcionada ao Itamaraty pouco explicam a retenção na continuidade da política externa. Ignoram-se a crescente crise econômica e a pressão que a presidenta sofria para resolver a queda do crescimento do país.

Segundo Coelho e Santos (2017), a tendência, em momentos de crise doméstica, é que o presidente priorize a estabilidade de seu próprio país e relegue aos seus chanceleres a atividade da política externa, abrindo mão, assim, de seu protagonismo na diplomacia presidencial. Justamente na perspectiva de impactar a opinião pública<sup>3</sup> como um governante preocupado em resolver os problemas internos primeiro. O argumento defendido aqui, no entanto, é de que, frente ao tamanho descontentamento e descrédito atribuído ao PT, Rousseff estaria não em posição de um dilema, mas, sim, de uma constatação: independente do caminho que a presidenta seguisse, seria uma derrota. Apontam sua política externa como fracassada, mas também apontam de tal maneira as tentativas de estabilizar o país.

### *3.2. Mudança no cenário internacional e na geografia do comércio mundial*

Hiratuka e Zahluth Bastos (2017) tratam sobre a política externa econômica do governo Dilma, passando por três argumentos principais: o primeiro, que a gestão de Rousseff não teria quebrado o pacto estabelecido pela gestão de seu antecessor; o segundo, que o governo fora afetado pelos reflexos diretos da crise financeira mundial e a eventual mudança na divisão internacional do trabalho; e terceiro, que foram justamente as condições propícias do cenário internacional que permitiram que a política externa de Lula desse certo, e que desconsiderar as mudanças contextuais não seria uma interpretação justa dos fatos.

Em nenhum momento, os autores negam os problemas de continuidade, mas a leitura da obra acaba por introduzir, ao meu ver, uma interpretação “inédita” – no sentido de ter sido uma das poucas leituras que traziam o contexto econômico internacional para a discussão e que tentavam, de alguma maneira, atribuir outras justificativas para a tal retenção que Cornetet (2014) menciona. Além disso, também argumentam sobre a importância que a bibliografia apresenta à postura pessoal de Dilma, ao invés de se ater mais apuradamente ao rigor científico e à análise de variáveis de fato explicativas para o cenário que se instaurou no período recortado.

---

<sup>3</sup> Discussão iniciada por Salomón e Pinheiro (2013), acerca da importância e do impacto da opinião pública para a formulação da política externa.

Veremos que a crise financeira global contribuiu para transformar a divisão internacional do trabalho que gerava resultados comerciais favoráveis da diplomacia Sul-Sul. O contexto internacional também mudou no sentido de diminuir o protagonismo mundial da OMC, a arena que foi objeto da aposta brasileira de reformulação das instituições multilaterais feita no governo Lula. O impasse nas negociações na Rodada Doha da OMC, ocorrida ainda no governo Lula, e a reação estratégica do governo Obama de criar novos padrões de referência para normas internacionais ao negociar mega-acordos regionais com a Europa e a Ásia, foram eventos que reduziram a visibilidade brasileira na diplomacia multilateral independentemente de qualquer mudança de postura doméstica. Ou seja, foram eventos que mudaram o contexto internacional que conferia visibilidade à arena multilateral da OMC e à posição brasileira, ainda que esta visibilidade não tenha trazido ganhos institucionais e comerciais efetivos (além dos simbólicos), dado o impasse verificado. (BASTOS, HIRATUKA, 2017, P.11).

Os autores prosseguem e argumentam que não seria exatamente uma mudança na postura pessoal de Dilma que aumentaria a visibilidade do país, mas que os princípios de autonomia não seriam de forma alguma abandonados. Vale lembrar a aderência da Venezuela ao Mercosul, em conjunto à punição ao Paraguai por conta do golpe que tiraria Fernando Lugo do poder. Também são mencionadas as ações do BRICS, que batiam de frente com o campo de atividade do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, como o Arranjo Contingente de Reservas (ACR) – que viria a ser uma alternativa para que estes países contassem com apoio mútuo diante da necessidade de reservas cambiais - e o Novo Banco do Desenvolvimento – que ofereceria empréstimos para investimentos de infraestrutura -.

O mesmo pode ser dito a respeito da mudança na geopolítica internacional trazida pela Primavera Árabe e pelas guerras na Líbia e Síria, além da guerra na Ucrânia e a tensão quanto aos direitos de soberania nas ilhas do Pacífico. Em conjunto com a crise dos refugiados, este novo cenário geopolítico diminuiu a importância dos temas econômicos multilaterais nos quais o Brasil era protagonista e deu centralidade à política das potências militares, envolvendo Rússia e China diretamente. A possibilidade de protagonismo brasileiro no Oriente Médio, lembremos, já tinha sido enfraquecida quando o governo Obama rejeitou o acordo com o Irã proposto sob mediação brasileira e turca em 2010, apenas para negociar um acordo muito parecido, cinco anos mais tarde<sup>13</sup>. Sem questionar a menor propensão a viajar da presidenta Dilma, é difícil imaginar que, à luz das transformações aludidas, uma maior presença física (ou carisma) da presidenta no cenário internacional por si só compensaria a tendência de perda de projeção e visibilidade do Brasil. Ademais, os sucessos anteriores da diplomacia tornavam menos necessário viajar para conferir um certo protagonismo ao país: a conferência Rio+20 em 2012, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 determinaram, ao contrário, a vinda em massa de chefes de Estados, ministros e empresários ao Brasil. (BASTOS, HIRATUKA, 2017, P.12).

Por fim, os autores numeram alguns dos ganhos advindos da política externa de Dilma Rousseff, como barrar a integração subordinada ao neoliberalismo global liderado pelos EUA e consolidar a centralidade do apoio ao desenvolvimento na agenda multilateral; a criação de instituições na América do Sul que aumentaram a autonomia política e aumentou a cooperação

econômica, política e cultural com essas nações; a articulação do BRICS; etc. Sem deixar, porém, de elencar, também, as outras problemáticas advindas da crise do capital em 2008 e que tanto teriam reflexo na política doméstica brasileira.

Uma vez que o comércio intra-regional na América do Sul se expandiu de forma integrada ao modelo de expansão da economia mundial antes da crise de 2007-8, Bastos (2012a) argumentou que a crise global ameaçaria a reprodução do padrão regional de integração comercial e produtiva acima aludido. Três ameaças foram identificadas: 1) o deslocamento dos fluxos de comércio intra-regionais, particularmente industriais, por exportações manufatureiras oriundas particularmente da Ásia e, em especial, da China, mas também da América do Norte e da Europa, em razão da apreciação cambial e do acirramento da concorrência provocado pela crise; 2) redução significativa de preços e quantidades nas exportações de produtos básicos por conta da crise europeia e da desaceleração chinesa, o que prejudicaria o crescimento econômico e o balanço de pagamentos de algumas das economias da região, com efeitos deletérios sobre o comércio e o investimento intra-regional; 3) em razão dos dois motivos anteriores, um recrudescimento do protecionismo e de conflitos comerciais amargos na região, particularmente entre Brasil e Argentina, sem necessariamente a construção de consenso político para a tomada de iniciativas cooperativas que assegurassem a expansão do mercado intra-regional em meio à crise mundial . (BASTOS, HIRATUKA, 2017, P.20).

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como pôde ser observado, a gestão de Dilma Rousseff foi marcada por turbulências internas e externas. Desde a queda brusca de sua aprovação e de seu governo, até mesmo um golpe institucional; bem como a mudança da geográfica da Divisão Internacional do Trabalho e do Comércio Exterior, em reflexo direto à crise financeira de 2008 que abalou a economia de grandes potências.

Conforme fora apontado na introdução deste artigo, a proposta aqui é iniciar uma discussão que pretende ser aprofundada durante o Mestrado. No entanto, é possível concluir sobre a contribuição da análise “interméstica” de dois níveis para uma melhor interpretação do período Dilma.

É impossível usar de variáveis que não expliquem devidamente todas as particularidades do momento turbulento que se deu na história do Brasil e, conseqüentemente, de sua política externa. É preciso, sim, estabelecer uma auto crítica e ater-se à análise baseada no rigor científico. Mas, o mesmo

rigor científico determina a necessidade de se olhar todas as variáveis, e é esta a pretensão deste estudo – a de analisar o período tendo como pilar principal os escritos de Robert Putnam e do campo da APE como um todo.

## 5. REFERÊNCIAS:

- BASTOS, P. P. Z., & HIRATUKA, C. (2017). A política econômica externa do governo Dilma Rousseff: comércio, cooperação e dependência. In A Para além da política econômica: crescimento, desaceleração e crise no experimento desenvolvimentista. (1ª Ed., p.365) Editora UNESP Digital. <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/para-alem-da-politica-economica.pdf>
- CORNETET, J. M .C. (2014) A Política Externa De Dilma Rousseff: Contenção Na Continuidade. Revista Conjuntura Austral, volume 5, nº 24. <https://oaji.net/articles/2015/2137-1438857367.pdf>
- FERREIRA, M. D. (2015). América Latina e as Experiências Recentes em Busca da Autonomia: Um Exercício de Análise a partir da Teoria Marxista da Dependência. Anais do 5º Encontro Nacional da ABRI. <http://www.encontronacional2015.abri.org.br/site/anaiscomplementares?AREA=15%20#M>
- FIGUEIRA, A. R. (2000). Introdução à análise de política externa. Editora Saraiva
- GARCIA, M. E., & VASCONCELLOS, M. A. S. (2018). Fundamentos da Economia. Ed. Saraiva Uni. V. 1
- GILPIN, R. (2002). Economia Política das Relações Internacionais. Ed.2. UNB
- HILL, C. (2003) *The Changing Politics of Foreign Policy* Londres: Palgrave Macmillan
- PUTNAM, R. (1988) Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis (Volume 42, Nº33) The MIT Press
- SALOMÓN, M, & PINHEIRO, L. (2013) Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 56, n. 1
- SOARES, L. F. (2022) Estofa, Enchente e Vazante - Historicidade e Análise do ciclo político conservador no Brasil e no Equador. [TCC, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro / UNIRIO]